

Quem Observa os Observadores de Justiça? Uma Proposta Metodológica

Eloisa Gonçalves da Silva Torlig (Universidade de Brasília) e Ana Carla Werneck
(Universidade de Brasília)

Outros temas relacionados à Administração da Justiça

RESUMO

Partindo da compreensão de que os observatórios funcionam como dispositivos de visibilidade e mediação entre dados, instituições e demandas sociais (Schommer et al., 2015), os observatórios ligados à temática da justiça têm emergido no cenário brasileiro como instrumentos fundamentais para a sistematização de dados, monitoramento de políticas públicas e promoção de transparência no sistema judicial. Apesar dessa crescente relevância, persiste uma lacuna significativa na literatura especializada quanto à documentação sistemática de metodologias de implantação, modelos de governança e estratégias de sustentabilidade dessas iniciativas, especialmente sob a perspectiva de boas práticas replicáveis. Embora trabalhos recentes como "Estudos em Observatórios: Conceitos, Modelo e Aplicações" (IBICT, 2025) tenham contribuído para a fundamentação conceitual do campo, ainda há necessidade de propostas metodológicas específicas para a área. Para fins desta pesquisa, consideram-se observatórios de justiça as iniciativas institucionais que atuam sistematicamente na coleta, análise e disseminação de dados sobre o funcionamento do sistema de justiça, suas políticas e impactos sociais, constituindo um subcampo específico dos observatórios de políticas públicas ainda pouco teorizado na literatura especializada. Desse modo, o presente estudo busca preencher essa lacuna ao propor diretrizes organizativas e metodológicas derivadas de um mapeamento crítico das experiências brasileiras, articuladas a insights da literatura nacional e internacional. O objetivo central da pesquisa é identificar e sistematizar os elementos estruturantes mais eficazes dos observatórios ligados à justiça no Brasil para propor um framework metodológico que possa servir como referência para a criação, o fortalecimento e a perenização dessas iniciativas. A investigação será orientada por uma abordagem exploratória e qualitativa, estruturada em três fases complementares: primeiro, um mapeamento sistemático dos observatórios em funcionamento, considerando critérios como recorte temático, abrangência territorial, vinculação institucional e tempo de funcionamento; segundo, a realização de estudos de caso aprofundados com iniciativas representativas, incluindo entrevistas com gestores e análise documental; e terceiro, a síntese analítica e desenvolvimento do framework proposto, que será validado através de grupo focal com especialistas da área. O mapeamento seguirá estratégia sistemática através dos termos de busca: "observatório de justiça", "observatório judicial", "observatório e direito", realizada em múltiplas fontes: Google/Google Acadêmico, Portal do CNJ e Tribunais (Superiores e de Justiça), bases de dados acadêmicas e redes sociais institucionais. Serão aplicados critérios rigorosos de inclusão: foco



específico em justiça, funcionamento contínuo há pelo menos 2 anos, produção regular documentada e vinculação institucional clara. A seleção final priorizará diversidade institucional (universitários, judiciários, governamentais, sociedade civil), geográfica (diferentes regiões) e temática, assegurando representatividade analítica através de estratificação controlada. A pesquisa investigará sete dimensões consideradas críticas para a estruturação efetiva de observatórios: i) alinhamento conceitual e definição de foco temático, evitando abordagens genéricas e promovendo clareza na missão; ii) planejamento estratégico e design organizacional, incluindo escopo, metas, cronograma e identificação de parcerias-chave; iii) composição da equipe e arranjo interdisciplinar, integrando profissionais de diferentes áreas do conhecimento; iv) modelo metodológico de coleta e validação de dados, com critérios transparentes, replicáveis e sensíveis à diversidade regional; v) desenvolvimento de plataforma tecnológica e mecanismos de disseminação, assegurando acessibilidade e visualização clara dos dados; vi) estratégias de engajamento e participação social, com canais de feedback e oportunidades de coprodução de conhecimento; e v) sustentabilidade institucional e financeira, com destaque para a importância da vinculação com universidades, redes de pesquisa e políticas públicas. O mapeamento preliminar identificou 29 observatórios relacionados à justiça, dos quais 12 atenderam aos critérios estabelecidos para inclusão no estudo. A análise desse conjunto selecionado revelou um campo emergente com características que merecem atenção. No perfil institucional, destaca-se a forte presença de vínculos universitários e arranjos colaborativos entre diferentes organizações, evidenciando o papel central da academia na criação e manutenção dessas iniciativas. O Poder Judiciário também marca presença direta em parte dos observatórios, sinalizando o reconhecimento institucional da importância desses mecanismos de monitoramento. A diversidade temática é notável: os observatórios abordam desde questões de gestão e governança judicial até a defesa de direitos de grupos vulnerabilizados, passando por temas como justiça ambiental, legitimidade institucional e qualidade legislativa. Essa amplitude reflete a compreensão da justiça como fenômeno multidimensional que demanda olhares especializados e complementares. Quanto à produção, a maioria dos observatórios (67%) demonstra capacidade consolidada de sistematização e disseminação do conhecimento através de relatórios regulares, pesquisas empíricas e publicações acadêmicas, além de painéis de dados e eventos. Essa regularidade produtiva é fundamental para estabelecer credibilidade e relevância social. As barreiras identificadas incluem tempo insuficiente de operação, formatos inadequados que se confundem com grupos de pesquisa pontuais, e ausência de produção sistemática documentada. Dois aspectos interconectados emergem com força deste mapeamento preliminar. O primeiro revela a vulnerabilidade institucional do campo: os observatórios demonstram forte dependência dos ciclos políticos, acadêmicos e de financiamento que determinam tanto seu surgimento quanto seu desaparecimento precoce, com apenas uma iniciativa superando a marca de uma década de funcionamento contínuo. O segundo aponta para a necessidade urgente de desenvolver estratégias robustas de institucionalização que contemplem diversificação de fontes de sustentação, maior capilaridade



territorial e mecanismos de governança capazes de assegurar continuidade operacional. Nesse sentido, as diretrizes metodológicas a serem propostas visarão não apenas apoiar novas iniciativas, mas também oferecer caminhos para o aprimoramento de observatórios já existentes, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional acessível e comprometida com a transformação social. A sistematização metodológica desenvolvida poderá servir como base para manuais operacionais, editais de fomento, protocolos institucionais e políticas públicas que pretendam integrar observatórios em suas estratégias de planejamento e avaliação, representando assim uma contribuição duradoura para o campo e fortalecendo instrumentos de participação cidadã e accountability no sistema de justiça brasileiro. Em síntese, espera-se que esta pesquisa estimule a criação de observatórios mais robustos, éticos e sustentáveis, capazes de atuar como verdadeiras pontes entre a produção acadêmica, a gestão pública e as demandas da sociedade civil, consolidando-se como ferramentas essenciais de transformação social enraizadas em metodologias sólidas, alianças estratégicas e compromisso político com a democratização da justiça.

Palavras-Chave: Observatórios de justiça; Framework metodológico; Accountability.

Referências

Di Marco, C. A. F., & Terci, E. T. (2022). Transparência municipal e controle social: A visão dos observatórios sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. *Interações*, 23(2), 313-330. <https://doi.org/10.20435/inter.v23i2.2885>

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2025). Estudos em observatórios: Conceitos, modelo e aplicações. IBICT. <https://omp-editora.prp.ibict.br/index.php/edibict/catalog/view/348/451/2460>

Schommer, P. C., Rocha, A. C., Spaniol, E. L., Dahmer, J., & Sousa, A. D. (2015). Accountability and co-production of information and control: Social observatories and their relationship with government agencies. *Revista de Administração Pública*, 49(6), 1375-1400. <https://doi.org/10.1590/0034-7612143133>

